



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

MANHÃ

## ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

1

A opção abaixo que mostra uma narrativa de sequência linear, sem interrupções, é:

- (A) “Dvorak arrastou-se até o alto do morro e olhou a paisagem abaixo – lembrou-se da terra de onde saíra e sentiu saudades. Viu um conjunto de grandes árvores e um monte de pedras”;
- (B) “As águas invadiram o centro da cidade e trouxe preocupações aos moradores que procuraram proteger suas casas. Como já tinham passado por isso em anos passados, procuraram repetir as ações que tinham dado certo. Trancaram as portas com trancas pregadas nas soleiras das portas e nos batentes das janelas, colocaram os animais em lugares mais altos...”;
- (C) “Os charreteiros abriram o desfile, com seus belos cavalos. Em seguida, conforme o hábito da região, estabelecido pelos primeiros habitantes alemães, fundadores da cidade, vieram as mulheres com seus trajes tradicionais e, por fim, os incontáveis grupos profissionais com suas roupas características”;
- (D) “Os primeiros banhistas descobriram o corpo na areia e um deles chamou a polícia, que veio logo a seguir. Examinaram o corpo, mas ninguém foi capaz de identificar a vítima do assassinato”;
- (E) “O freguês habitual do bar se sentou numa cadeira do balcão, pediu um drink e começou a reclamar dos preços do estabelecimento. Esse, aliás, é um hábito muito comum entre clientes habituais, o de reclamar de preços que sempre pagaram. O garçom explicou o que pôde e passou a fazer outra coisa”.

2

A frase abaixo, retirada do romance A Condessa Vésper, de Aluísio Azevedo, em que houve troca indevida entre as expressões “ao encontro de” e “de encontro a” é:

- (A) Depois foi à janela respirar um pouco de ar, e viu na rua, encostado ao lampião, o homem que falara com Violante. Desceu sem ruído ao encontro dele.
- (B) Apeou-se defronte da casa do Jorge. Um velho de longas barbas estava assentado ao limiar da porta, saiu-lhe ao encontro e perguntou com ar triste: — O senhor naturalmente é o Dr. Gabriel?
- (C) Os homens, que V. S. tem defronte de si e que o guardam à vista, são de confiança e estão pagos para não o deixarem fugir; escusa, por conseguinte, tentar qualquer meio que for de encontro ao que determinei.
- (D) Enquanto sucedia ao pobre Gabriel o que acabamos de ver, Melo Rosa tomava um carro de praça e mandava tocar à toda para Laranjeiras, correndo ao encontro de Ambrosina, que devia estar à sua espera...
- (E) Esperava, por outro lado, que as suas recentes decisões não fossem ao encontro do que pretendia, o que lhe traria imensa decepção.

3

A frase abaixo que apresenta um exemplo de má argumentação, apoiado numa generalização excessiva, é:

- (A) Esse homem, acusado de furto no supermercado, é pai de cinco filhos e funcionário público da Prefeitura.
- (B) A turma visitou a fábrica de sorvetes e Marta voltou gripada, o que mostra irresponsabilidade dos diretores.
- (C) Se todos os empregados chegassem na hora, a produção da fábrica seria mais alta e de preço mais baixo.
- (D) Como alguns livros ensinam a viver, nada mais justo que ler mais.
- (E) Os cariocas não gostam de trabalhar: basta ver a praias cheias de gente em dias úteis.

4

Todo texto bem estruturado mostra um tema e progressão; a opção em que o progresso do texto é feito por frases que mostram o mesmo tema é:

- (A) Automedicar-se é um problema, pois a automedicação, bem passível de erros, pode causar prejuízos à saúde, além de gerar despesas inúteis em alguns casos.
- (B) Os turistas trazem benefícios econômicos a um local, mas nem sempre são bem-vindos, pois o país que os recebe pode não estar preparado para um fluxo intenso, necessitando mais investimentos na infraestrutura.
- (C) As livrarias estão desaparecendo, pois a leitura não está sendo incentivada nas escolas e os donos de lojas comerciais não querem sofrer prejuízos.
- (D) Os dicionários são livros bastante úteis, assim como os romances históricos, que simultaneamente nos educam e nos trazem conhecimentos.
- (E) Os carros importados são melhores que os nacionais; a importação de carros melhorou a nossa indústria automobilística.

5

Nas frases abaixo há abreviaturas de vários símbolos; a forma abreviada que está corretamente empregada é:

- (A) Cheguei à estação às 15hs;
- (B) Percorri 25 km em meia hora;
- (C) Eram 2h:15mins. quando o avião pousou;
- (D) A régua tinha 30cms e era maior que as outras;
- (E) A viagem durou cerca de 2h em função do acidente.

6

As inferências são fruto do conhecimento de mundo do leitor, que deve reconhecer as ligações semânticas não explicitadas.

A única frase abaixo que NÃO se enquadra entre inferências é:

- (A) “O carro entrou bastante devagar no estacionamento, com os pneus traseiros arriados”;
- (B) “O Novo Testamento é de leitura mais fácil que o Velho Testamento; os evangelhos são úteis para nossa vida”;
- (C) “Os turistas compraram uma casa na cidade visitada; os quartos davam vista para a montanha”;
- (D) “As garrafas de vinho foram colocadas deitadas no armário, com os rótulos para cima”;
- (E) “O médico pegou o formulário de cima da mesa e escreveu o endereço para o cliente”.

**7**

“A melhor defesa contra a bomba atômica é não estar lá quando ela explodir”.

O problema de construção dessa frase está:

- (A) no emprego de “lá” sem antecedente;
- (B) na utilização do pronome “ela” para substituir “bomba”;
- (C) na falta de vírgula antes da última oração;
- (D) no mau uso de “melhor” para adjetivar “defesa”;
- (E) na incoerência interna entre segmentos.

**8**

Dentre as frases abaixo, a única que NÃO mostra valor humorístico, irônico ou crítico é:

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida;
- (B) Alguns homens de criação são vulcões extintos;
- (C) Professores e pais existem para serem suplantados;
- (D) Aquele que costuma dar palpites sobre nossos jardins jamais cuida de suas plantas;
- (E) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano.

**9**

Leia a frase abaixo com atenção:

“As árvores genealógicas são a única espécie arbórea que teria razões para ocultar suas raízes”.

A afirmativa correta sobre o significado ou estruturação da frase acima é:

- (A) a frase não pode ser entendida por faltar lógica aos termos, já que uma árvore genealógica não é uma espécie arbórea;
- (B) a finalidade da frase é criticar as pessoas demasiadamente preocupadas com sua origem familiar, nem sempre digna de ser valorizada;
- (C) o referido ocultamento das raízes revela a necessidade de discrição sobre assuntos familiares;
- (D) a frase foi estruturada na base de uma comparação entre uma árvore genealógica e uma árvore natural;
- (E) a forma verbal “teria” indica uma certeza na afirmação.

**10**

Todos os textos abaixo mostram argumentos em defesa de uma tese.

O argumento utilizado está corretamente identificado em:

- (A) Como já sabe a grande maioria da população, o poder público não está resolvendo o problema de saúde do povo / argumento de autoridade;
- (B) A Prefeitura distribuiu lixeiras pela cidade para que melhore a limpeza urbana / argumento estatístico;
- (C) Alguns empresários estão evitando investimentos na Argentina em função da inflação alta / argumento apoiado em um estereótipo;
- (D) Todos os empregados da empresa receberão assistência de saúde para que tenham melhor rendimento, diz o atual diretor / argumento apoiado em opinião pessoal;
- (E) Os prefeitos de pequenas cidades devem imitar os das grandes cidades, pois os problemas são os mesmos / argumento apoiado numa relação defeituosa de causa-efeito.

**11**

A frase abaixo em que está correto o emprego do pronome demonstrativo sublinhado é:

- (A) Somos seres muito primitivos, operando a 0,001% da potência espiritual que somos capazes de operar nessa vida;
- (B) O meu cão não fala e é graças a isso que eu o compreendo;
- (C) A verdade é essa: todos devemos trabalhar;
- (D) João e Maria vieram: este de táxi e aquele de ônibus;
- (E) Na Idade Média todos eram bons cristãos; nesta época, a Igreja era muito poderosa.

**12**

A frase abaixo em que está mais bem empregada a palavra “maior” é:

- (A) Os espíritos mais elevados são capazes dos maiores pecados;
- (B) A roda mais deteriorada do carro é a que faz maior barulho;
- (C) Dirijam-se à secretaria para maiores informações;
- (D) O Corcovado é maior que o Pão de Açúcar;
- (E) Está o maior frio nesta época do ano.

**13**

Ao final de uma exposição sobre medicamentos, o conferencista declara: “O melhor de todos os analgésicos é, sem dúvida, o NANDORE, pois foi o único a acabar com a minha dor”.

Sobre a argumentação desse segmento, é correto afirmar que os argumentos apresentados:

- (A) se fundamentam em bases científicas;
- (B) são sólidos, já que fundamentados em vivências pessoais;
- (C) procuram universalizar uma experiência individual;
- (D) se apoiam em dados estatísticos;
- (E) carecem de ética.

**14**

A frase publicitária abaixo que se apoia na sedução para o convencimento de leitor é:

- (A) As roupas da loja X tornam você mais elegante!
- (B) O CRAUV é o carro do futuro em tecnologia!
- (C) O cachorro é o melhor amigo do homem: adote um!
- (D) Acredite em Deus; compre o livro do pastor X.
- (E) Persiga a riqueza: invista no Fundo de Investimentos ZUL!

**15**

Todas as frases abaixo mostram comparações introduzidas por “como”; a única opção em que a comparação NÃO está explicada é:

- (A) Se as pessoas agissem como as nações, seriam todas colocadas em camisa de força;
- (B) Os reis são com seus ministros como os maridos traídos com suas mulheres: nunca sabem o que se passa;
- (C) A vontade de um povo é como um relâmpago que dura um segundo;
- (D) Ser presidente é como administrar um cemitério: há um monte de gente embaixo de você, mas ninguém escuta;
- (E) Países são como frutas – os vermes estão dentro.

## Raciocínio Lógico e Matemático

16

Sabe-se que a sentença “Se a calça é verde e a camisa é rosa, então o sapato é branco ou o cinto é marrom” é FALSA.

É correto concluir que:

- (A) a camisa não é rosa ou o cinto é marrom;
- (B) a calça é verde e o sapato é branco;
- (C) se o sapato não é branco, então a camisa não é rosa;
- (D) se o cinto não é marrom, então o sapato é branco;
- (E) se a calça não é verde, então o cinto é marrom.

17

Sérgio comprou um celular por R\$ 3.000,00 e pagou em duas parcelas iguais de R\$ 1.650,00 cada uma, sendo a primeira no ato da compra e a segunda um mês depois.

A taxa de juros mensal cobrada pela loja foi de, aproximadamente:

- (A) 8%;
- (B) 10%;
- (C) 17%;
- (D) 22%;
- (E) 25%.

18

Em um acampamento militar, o cozinheiro sabe que 50 soldados consomem 20 kg de feijão em 5 dias.

A quantidade de feijão que 60 soldados consumirão em 15 dias é de:

- (A) 60 kg;
- (B) 64 kg;
- (C) 72 kg;
- (D) 80 kg;
- (E) 96 kg.

19

Para uma sessão de cinema, a primeira fila tem seis poltronas livres em sequência. Um casal e seus três filhos ocuparão cinco desses lugares. O casal ficará em lugares vizinhos e, naturalmente, uma poltrona ficará vazia.

O número de maneiras diferentes como essa família poderá ocupar as poltronas disponíveis é:

- (A) 60;
- (B) 120;
- (C) 180;
- (D) 240;
- (E) 360.

20

No plano cartesiano, o quadrilátero convexo ABCD tem vértices A(0, 1), B(4, 8), C(9, 6), D(9, 1).

A área do quadrilátero ABCD é:

- (A) 36;
- (B) 38;
- (C) 40;
- (D) 42;
- (E) 44.

## Noções de Sustentabilidade

21

A Constituição Federal, em seu Art. 225, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Buscando a adoção de políticas públicas de âmbito nacional, em prol da melhoria da prestação jurisdicional e do efetivo cumprimento da Carta Constitucional por parte dos administradores da Justiça, foi editada pelo CNJ a Resolução nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

De acordo com o referido ato normativo, é correto afirmar que:

- (A) os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável serão uniformes para todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo vedada a inclusão de novos temas pelos órgãos do Poder Judiciário;
- (B) a unidade de sustentabilidade dos órgãos do Poder Judiciário deve fomentar ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a promoção das contratações sustentáveis e a promoção da equidade e da diversidade;
- (C) a adequada gestão dos resíduos gerados deve priorizar a disposição final dos resíduos segregados pelos órgãos do Poder Judiciário em aterros sanitários;
- (D) é vedada a adoção das compras compartilhadas com outros órgãos, a fim de garantir a rastreabilidade e a origem dos insumos adquiridos, que devem ser apuradas nos indicadores do Plano de Logística Sustentável;
- (E) a unidade de sustentabilidade deve ser criada pelos órgãos do Poder Judiciário por tempo determinado, pelo prazo necessário à elaboração do Plano de Logística Sustentável.

22

A gestão adequada dos resíduos sólidos é um desafio cada vez mais urgente e essencial para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do planeta. A inadequada gestão de resíduos compromete não apenas o meio ambiente, mas a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é imprescindível para a adequada gestão dos resíduos.

Sobre esses planos, é correto afirmar que:

- (A) devem prever expressamente a periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 30 anos;
- (B) é facultada a previsão de sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços;
- (C) devem contemplar ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da Administração Pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos;
- (D) não é obrigatória sua elaboração para que os municípios tenham acesso a recursos financeiros e incentivos governamentais relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, embora seja recomendada;
- (E) devem prever as zonas favoráveis e desfavoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos.

**23**

À medida que a população cresce em larga escala, a produção industrial experimenta elevado incremento para acompanhar a nova demanda. Como resultado, temos uma crescente geração de resíduos. Nesse contexto, o gerenciamento de resíduos se mostra imprescindível para permitir o melhor aproveitamento das matérias-primas e a redução das agressões ao meio ambiente. Assim, em busca do desenvolvimento sustentável e a fim de propiciar padrões dignos de vida a esta e às futuras gerações, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu uma ordem de prioridade das ações que devem ser encaminhadas na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos.

A alternativa que contém práticas organizadas segundo a ordem de prioridade definida na PNRS é:

- (A) reciclagem, comprar roupas em brechó, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (B) recuperação energética de resíduos, reaproveitamento da matéria prima em outras cadeias produtivas, reduzir impressões em papel;
- (C) embalagem retornável, reciclagem, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (D) recuperação energética, reciclagem, utilizar copos de vidro no lugar de descartáveis;
- (E) reciclagem, destinação a aterro, recuperação energética de resíduos.

**24**

Determinado ente da federação, no âmbito de suas competências, resolve conceder incentivo fiscal a indústrias e entidades dedicadas à reciclagem de resíduos produzidos no território nacional, conforme autorizado pelo Art. 44 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS).

Trata-se, portanto, de aplicação prática do seguinte princípio previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- (A) princípio do protetor-recebedor;
- (B) princípio do poluidor-pagador;
- (C) princípio da participação pública;
- (D) princípio da responsabilidade;
- (E) princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

**25**

A coleta seletiva é um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), juntamente com os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Sobre a coleta seletiva, é correto afirmar que:

- (A) é facultado aos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos o estabelecimento de metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- (B) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a destinação de materiais reutilizáveis e recicláveis oriundos da coleta seletiva às indústrias recicladoras que apresentem proposta mais vantajosa economicamente;
- (C) são consideradas formas de coleta seletiva a coleta porta a porta, a coleta por pontos de entrega voluntária (PEVs) e as unidades de triagem de resíduos;
- (D) para a implementação adequada da coleta seletiva, é imprescindível a contínua prática de educação ambiental e mobilização social que promovam a conscientização de que a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos inicia-se com o gerador em sua residência, por meio da adequada separação e acondicionamento dos resíduos;
- (E) dentre os desafios encontrados para a reciclagem, destacam-se o descarte incorreto dos materiais, a contaminação dos recicláveis e a prioridade legal conferida à incineração de resíduos.

## Noções de Direito Administrativo

**26**

Na qualidade de servidor público federal estável, Manuel visa a defender, junto à Administração Pública Federal, interesse legítimo, que afeta interesse patrimonial, relativo a descontos que vêm sendo efetuados em sua remuneração, razão pela qual decidiu perquirir as normas previstas na Lei nº 8.112/1990 sobre o direito de petição.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) o direito de requerer de Manuel prescreve no prazo de três anos, na medida em que se trata de questão que afeta o interesse patrimonial;
- (B) Manuel não poderá apresentar pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão;
- (C) o prazo para a interposição de pedido de reconsideração ou de recurso por Manuel é de até 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida;
- (D) na hipótese de indeferimento do pedido de reconsideração de Manuel, caberá recurso, que poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente;
- (E) eventual requerimento ou recurso de Manuel deve ser encaminhado diretamente à autoridade competente para a decisão, independentemente do intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado.

**27**

Fernando, técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estava conversando com sua amiga Felícia, que é policial federal, acerca das peculiaridades da polícia administrativa em relação à polícia judiciária.

O técnico pontua corretamente que:

- (A) distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária não existem, na medida em que o objeto e a finalidade de ambas são os mesmos;
- (B) as autoridades que exercem a atividade de polícia administrativa não podem adotar quaisquer medidas sem a determinação judicial pertinente;
- (C) ambas as polícias podem ter caráter preventivo ou repressivo, apesar de apresentarem peculiaridades;
- (D) apenas a polícia judiciária pode incidir sobre bens, na medida em que a administrativa recai sobre pessoas;
- (E) a polícia federal não tem atribuição de polícia judiciária, pois apenas exerce a de polícia administrativa.

**28**

Ao estudar as hipóteses de extinção do ato administrativo, Júlia verificou que há uma modalidade em que isso ocorre em razão da incompatibilidade do ato administrativo com outro posterior, tal como ocorre com a nomeação do servidor, que é extinta com a sua exoneração.

Tal modalidade de extinção corresponde a:

- (A) recusa;
- (B) renúncia;
- (C) anulação;
- (D) revogação;
- (E) contraposição.

**29**

Tendo em vista que o Tribunal Regional da 1ª Região necessita adquirir determinados produtos, com muita frequência, para o adequado exercício de suas atribuições constitucionais, as autoridades competentes estão verificando as normas atinentes ao sistema de registro de preços, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo certo que tais produtos são considerados bens comuns e que é viável a competição, por existirem diversos fornecedores.

Diante dessa situação hipotética, à luz do mencionado diploma legal, é correto afirmar que:

- (A) não é cabível a realização de licitação, por ser ela inexigível na situação descrita;
- (B) é cabível a realização de licitação, em qualquer das modalidades previstas na norma em comento, admissíveis na situação descrita;
- (C) não é cabível a realização de licitação, diante da possibilidade de escolha por qualquer das modalidades de contratação direta na situação descrita;
- (D) é cabível a realização de licitação, que deverá ser na modalidade pregão, que é a pertinente para a situação descrita;
- (E) não é cabível a realização de licitação, por ser ela dispensável, em essência, na situação descrita, independentemente do valor contrato ou do objeto a ser contratado.

**30**

Diante do incremento de seu patrimônio e do receio de levantar suspeitas sobre a origem lícita dos valores acrescidos, que foram declarados em seu imposto de renda, Josefina se recusou, de forma expressa, a apresentar a respectiva declaração de bens atinente dentro do prazo determinado pela Administração.

Considerando a específica previsão acerca do tema, constante da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, a recusa de Josefina será apenada com a sanção de:

- (A) advertência;
- (B) demissão;
- (C) repreensão;
- (D) suspensão de 15 (quinze) dias, com prejuízo da remuneração;
- (E) suspensão por até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

**31**

Acerca das normas atinentes ao sigilo das informações, da comunicação, da publicidade dos atos e das informações, bem como da imprensa oficial, nos termos em que dispõe o Código de Conduta dos servidores da Justiça Federal – Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, é correto afirmar que:

- (A) os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal são proibidos de receber presentes, incluindo os brindes atribuídos por entidades a título de cortesia, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas;
- (B) o servidor ou gestor do Conselho e da Justiça Federal que, por força de seu cargo ou de suas responsabilidades, tiverem acesso a informações do órgão em que atuam ainda não divulgadas não são obrigados a manter sigilo quanto ao seu conteúdo;
- (C) a comunicação entre os destinatários do Código ou entre esses e os órgãos governamentais, os clientes, os fornecedores e a sociedade deve ser indiscutivelmente clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados;
- (D) os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos por quaisquer servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal, tribunais regionais federais e seções judiciárias;
- (E) é vedado aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade.

**32**

As chamadas cláusulas exorbitantes correspondem às prerrogativas reconhecidas para a Administração Pública no âmbito dos contratos administrativos.

Acerca do aludido tema, com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) a fiscalização do contrato não está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (B) o fato do príncipe e o fato da Administração estão expressamente consagrados no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (C) a alteração unilateral do contrato não está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (D) a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (E) a viabilidade de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal.

**33**

Para além dos princípios previstos expressamente no Art. 37, *caput*, da CRFB/1988, as normas que versam sobre direito administrativo costumam elencar outros princípios relacionados às respectivas matérias (setoriais), tal como se observa no Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, e no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos. Nesse contexto, os princípios que NÃO estão no aludido dispositivo constitucional, mas que constam textualmente das referidas normas, são, respectivamente:

- (A) impessoalidade e vinculação ao edital;
- (B) segregação de funções e moralidade;
- (C) motivação e publicidade;
- (D) proporcionalidade e planejamento;
- (E) probidade administrativa e eficiência.

## Noções de Direito Constitucional

**34**

O Art. 2º da Emenda Constitucional nº X, com o objetivo de aperfeiçoar o controle da qualidade dos direitos prestacionais oferecidos à coletividade, determinou a criação, por lei complementar, de um conselho nacional de natureza interfederativa, que seria responsável pelo referido controle.

Extrai-se do Art. 2º da Emenda Constitucional nº X uma norma de eficácia:

- (A) plena;
- (B) contida;
- (C) limitada, de princípio institutivo;
- (D) limitada, de natureza programática;
- (E) restringível, mas de exigência imediata.

**35**

Maria, servidora pública federal, foi condenada, em sentença transitada em julgado, pela prática de infração penal. No momento em que o regime de cumprimento da pena passou para o aberto, procurou se informar em relação aos atos que poderia, ou não, praticar enquanto estivesse cumprindo a pena.

Ao final, Maria concluiu corretamente que, na perspectiva das eleições para cargos dos Poderes Executivo e Legislativo:

- (A) não pode votar nem concorrer a cargo eletivo;
- (B) pode votar, mas não pode concorrer a cargo eletivo;
- (C) pode votar e concorrer apenas a cargos eletivos do Poder Executivo, não do Legislativo;
- (D) pode votar e concorrer a cargo eletivo, apenas não podendo deixar o distrito da culpa;
- (E) pode votar e concorrer apenas a cargos eletivos do Poder Legislativo, não do Executivo.

**36**

João tem um emprego público na área administrativa da sociedade de economia mista federal Alfa, que explora atividade econômica em sentido estrito. Acresça-se que Alfa não recebe recursos públicos para o pagamento de suas despesas de custeio. Ao analisar se, à luz da Constituição da República, poderia vir a ter, de modo simultâneo, outro emprego público em sociedade de economia mista, João concluiu corretamente que é:

- (A) vedada a acumulação pretendida;
- (B) permitida a acumulação, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedada a acumulação, salvo se houver compatibilidade de horários na jornada de trabalho dos dois empregos;
- (D) permitida a acumulação, desde que a soma de ambas as remunerações não ultrapasse o teto constitucional;
- (E) permitida a acumulação, desde que as sociedades de economia mista estejam vinculadas a entes diversos.

**37**

Em determinada relação processual, o Tribunal Regional Federal X dispensou à lei federal interpretação diametralmente oposta àquela realizada pelo Tribunal Regional Federal Y. Ao tomar conhecimento desse fato, a parte, que não teve seus interesses atendidos pela interpretação realizada pelo Tribunal Regional Federal X, decidiu interpor o recurso cabível após o esgotamento da atividade jurisdicional por este último órgão.

A narrativa indica que a referida parte almeja que o seu recurso seja julgado pelo:

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Conselho da Justiça Federal;
- (C) Superior Tribunal de Justiça;
- (D) Conselho Nacional de Justiça;
- (E) Turma de Uniformização de Jurisprudência.



38

João, especialista em gestão pública, foi consultado pela deputada federal Maria em relação ao modelo de gestão a ser adotado na seguridade social, o que iria subsidiar a elaboração de uma proposição legislativa que pretendia apresentar.

Foi corretamente informado a Maria que a referida gestão:

- (A) deve ser centralizada na União, de modo a assegurar a uniformidade do sistema;
- (B) será delimitada pelo Congresso Nacional, podendo ser centralizada ou descentralizada;
- (C) deve contar com a participação do governo e dos segurados do sistema nos órgãos colegiados;
- (D) deve contar com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados;
- (E) deve contar com a participação da sociedade civil, dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

39

Pedro, analista da Alfa e Ômega Consultoria e Realizações, foi consultado por uma sociedade empresária, com sede e operações na Suíça, em relação à existência, ou não, de óbice constitucional para que viesse a construir e a operar um moderno hospital no território brasileiro.

Ao responder à consulta, Pedro esclareceu corretamente que o objetivo almejado pela referida sociedade empresária:

- (A) é peremptoriamente vedado;
- (B) é peremptoriamente permitido;
- (C) não é disciplinado pela Constituição da República;
- (D) é permitido, mas a lei pode indicar as situações em que é vedado;
- (E) é vedado, mas a lei pode indicar as situações em que é permitido.

40

João, filho de Johan, alemão naturalizado brasileiro, e de Maria, espanhola naturalizada brasileira, nasceu quando seus pais se encontravam em solo belga a serviço da embaixada da França. Logo após alcançar a maioridade, ainda em solo belga, João consultou a Constituição da República Federativa do Brasil para verificar se teria a nacionalidade brasileira.

Ao fim de suas reflexões, João concluiu corretamente que:

- (A) é brasileiro nato;
- (B) é brasileiro naturalizado;
- (C) pode se naturalizar brasileiro caso comprove a residência no território brasileiro por um ano ininterrupto;
- (D) pode optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, desde que venha a residir no território brasileiro;
- (E) somente será considerado brasileiro nato se tiver sido registrado em repartição brasileira em solo belga.

## Conhecimentos Específicos

41

A instância de auditoria interna de um ente público estava conduzindo uma ação de auditoria para certificar a consistência das peças orçamentárias, que haviam sido objeto de recomendação pelo órgão de controle no exercício anterior.

O trabalho da equipe de auditoria interna detectou que o Anexo de Riscos Fiscais, integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentava, equivocadamente, como obrigação contingente que pode gerar risco fiscal:

- (A) assunção de passivos de entidades privatizadas;
- (B) atualizações monetárias de operações de crédito internas;
- (C) garantias estatais para investimentos privados;
- (D) garantias e avais emitidos a favor de entes da federação;
- (E) recuperação ambiental e assistência a catástrofes.

42

No encerramento de um determinado exercício financeiro, a União apresentou uma arrecadação corrente de R\$ 2.402.000,00. Adicionalmente, foram levantados, em referência ao mesmo período, os dados a seguir.

Descrição	Valores
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	R\$ 1.500,00
Antecipação da Receita Orçamentária	R\$ 7.000,00
Contribuições para Custeio das Pensões Militares	R\$ 9.000,00
Contribuições para Plano de Seguridade Social dos Servidores	R\$ 17.000,00
Contribuições para PIS/PASEP	R\$ 79.000,00
Transferências constitucionais e legais	R\$ 497.500,00
Despesa com Juros e Encargos da Dívida	R\$ 520.000,00
Contribuições dos empregadores e trabalhadores para Seguridade Social	R\$ 548.000,00
Despesa Total com Pessoal Ativo	R\$ 835.000,00

Com base nos dados apresentados e no conceito de Receita Corrente Líquida, o limite máximo para despesa total com pessoal no âmbito do Poder Judiciário equivale a:

- (A) R\$ 25.000,00;
- (B) R\$ 37.500,00;
- (C) R\$ 43.800,00;
- (D) R\$ 75.000,00;
- (E) R\$ 82.000,00.

**43**

Como anexo do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar é parte integrante do RGF e visa a dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa.

Na elaboração desse demonstrativo, deve-se considerar que:

- (A) se exige a divulgação da disponibilidade de caixa bruta em termos de recursos extraorçamentários;
- (B) no âmbito do Poder Executivo, é exigido somente de forma consolidada no último quadrimestre do exercício;
- (C) os restos a pagar executados que afetaram a disponibilidade de caixa do exercício são apresentados detalhadamente;
- (D) os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores não são objeto de evidenciação no referido demonstrativo;
- (E) requer segregação de recursos vinculados somente quando se referirem a aplicação obrigatória em saúde e educação.

**44**

Considere o trecho a seguir, extraído de um Decreto do Poder Executivo Federal:

“Art. 13. Os órgãos e as unidades orçamentárias do Poder Executivo federal constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente poderão empenhar dotações orçamentárias até: I - 9 de dezembro de 2024, para as despesas primárias discricionárias [...]; e II - 31 de dezembro de 2024, para as demais despesas [...].”

O trecho acima indica que o Decreto:

- (A) consiste em instrumento auxiliar na indicação de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira;
- (B) corresponde a um instrumento que assegura o cumprimento da meta de resultado primário;
- (C) pode indicar ressalva às despesas incluídas no cômputo da meta fiscal;
- (D) representa uma exceção ao princípio da exclusividade orçamentária;
- (E) resulta em descumprimento do princípio da anualidade da execução orçamentária.

**45**

No primeiro semestre de um exercício financeiro, um estado da Federação enfrentou um severo período de inundações que afetou diversos dos seus municípios, incluindo a capital, com impactos relevantes na economia regional e, por consequência, nas finanças públicas. Com isso, o estado pode ter que limitar programações de caráter obrigatório decorrentes de emendas parlamentares ao orçamento.

Nesses casos, os procedimentos devem ser tratados:

- (A) em instrumento específico de programação financeira;
- (B) em lei complementar prevista no texto constitucional;
- (C) na lei de diretrizes orçamentárias do respectivo exercício;
- (D) nas disposições transitórias da lei orçamentária anual;
- (E) no instrumento relativo ao decreto de calamidade pública.

**46**

Um servidor foi designado para analisar as informações a serem apresentadas no Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção. Ao analisar despesas da Câmara dos Deputados, o servidor verificou que a Ação nº 2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores do Órgão foi incluída na subfunção 365 – Educação Infantil.

Quanto à função, o referido gasto deve constar como:

- (A) Educação;
- (B) Legislativa;
- (C) Administração;
- (D) Assistência Social;
- (E) Encargos Especiais.

**47**

Ao assumir a secretaria de finanças de um ente público, o secretário solicitou da equipe um relatório detalhado com a análise econômico-financeira dos recursos arrecadados pelo ente nos últimos quatro anos, com informações em nível analítico suficiente para subsidiar decisões sobre ações para incremento na arrecadação.

A principal fonte a ser utilizada pela equipe na preparação do relatório solicitado deve ser a classificação das receitas:

- (A) por esfera orçamentária;
- (B) por fonte/destinação de recursos;
- (C) quanto à afetação patrimonial;
- (D) quanto à origem ou coercitividade;
- (E) segundo a natureza.

**48**

No início do mês de dezembro do último exercício financeiro, um ente público verificou a necessidade de uma ação governamental que não tinha sido prevista no orçamento vigente.

As normas aplicáveis quanto à execução orçamentária orientam que o ente público deve:

- (A) autorizar a ação se houver disponibilidade financeira para inscrição em restos a pagar;
- (B) executar a ação, a ser tratada como despesas de exercícios anteriores no exercício seguinte;
- (C) proceder à abertura de um crédito adicional especial para atender à necessidade;
- (D) solicitar autorização de crédito extraordinário, dada a necessidade emergencial;
- (E) suplementar dotações orçamentárias na área relacionada à ação especificada.

**49**

Uma empresa S.A. concessionária de automóveis vende um modelo de veículo por um determinado preço que inclui seis meses de serviços de Internet embarcada. Esses serviços de Internet são regularmente vendidos de forma independente pela empresa por uma taxa mensal. Após o período de seis meses, o consumidor pode renovar esses serviços mediante pagamento de uma taxa à concessionária. Ao analisar o caso, o contador da empresa conclui que o veículo e o serviço podem ser vendidos separadamente e o que cliente pode se beneficiar de ambos.

Dessa forma, considerando os preceitos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o contador identificou:

- (A) na etapa 2 – satisfação de obrigação de performance, que os bens e serviços são distintos;
- (B) na etapa 2 – identificação de obrigação de performance, que os bens e serviços são distintos;
- (C) na etapa 3 – identificação do contrato, que a concessionária deve contabilizar os efeitos do contrato separadamente;
- (D) na etapa 4 – satisfação de obrigação de performance, que a concessionária deve contabilizar ambos, bens e serviços, em um único momento;
- (E) na etapa 5 – identificação de obrigação de performance, que a concessionária deve contabilizar os efeitos do contrato separadamente.

**50**

Uma empresa S.A. está enfrentando uma ação judicial tributária movida pela Receita Federal. A controvérsia gira em torno da interpretação da legislação sobre deduções permitidas no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) nos últimos cinco anos. Detalhes da ação judicial:

- Parte Requerente: Receita Federal
- Parte Requerida: Indústria Alimentos S.A.
- Objeto da Ação: Revisão e cobrança de deduções de IRPJ supostamente indevidas.
- Valor em Disputa da perda: R\$ 10.000.000,00
- Chance de Perda: 85%

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o contador deve reconhecer um(a):

- (A) provisão pelo método do valor esperado;
- (B) provisão pelo método do valor mais provável;
- (C) passivo contingente pelo método do valor mais provável;
- (D) passivo contingente pelo método do valor esperado;
- (E) ativo contingente pelo método do valor esperado.

**51**

Em 1º de fevereiro de 2019, uma empresa S.A. comprou um terreno para a construção de uma fábrica por R\$ 200.000. Um antigo edifício na propriedade foi demolido, e a construção de um novo edifício começou sendo concluída em 1º de novembro de 2019. Os custos incorridos durante esse período foram: demolição do antigo edifício R\$ 20.000; honorários do arquiteto 35.000; honorários legais para o contrato de compra R\$ 5.000; custos de construção R\$ 1.090.000; custos da transferência das atividades para novo edifício R\$ 150.000. Materiais recuperados da demolição foram vendidos por R\$ 10.000.

Considerando-se as informações apresentadas, a empresa S.A. deve registrar o custo do terreno e o custo do novo edifício, respectivamente, como:

- (A) R\$ 210.000 e R\$ 1.115.000;
- (B) R\$ 210.000 e R\$ 1.130.000;
- (C) R\$ 215.000 e R\$ 1.130.000;
- (D) R\$ 215.000 e R\$ 1.125.000;
- (E) R\$ 220.000 e R\$ 1.275.000.

**52**

Em janeiro de 2024, uma empresa S.A. comprou uma patente para um novo produto por R\$ 840.000. No momento da compra, a patente era válida por quinze anos. No entanto, devido à natureza competitiva do produto, a vida útil da patente foi estimada em 10 anos. Em janeiro de 2029, o produto foi permanentemente retirado do mercado por ordem governamental devido a um potencial risco à saúde.

Considerando-se as informações apresentadas, o valor contábil remanescente da patente que deve ser baixado em 2029 é de:

- (A) R\$ 56.000;
- (B) R\$ 84.000;
- (C) R\$ 420.000;
- (D) R\$ 560.000;
- (E) R\$ 840.000.

**53**

Uma empresa S.A. apresentou as seguintes contas em sua demonstração de resultados em 2024: receita de vendas R\$ 200.000; custo das mercadorias vendidas R\$120.000; lucro bruto R\$ 80.000; despesas operacionais R\$ 50.000 (inclui uma única despesa não caixa de depreciação de R\$ 21.000); e lucro líquido de R\$ 30.000. As seguintes contas aumentaram durante 2024: contas a receber R\$ 12.000, estoques R\$ 11.000 e contas a pagar R\$ 13.000.

Considerando-se as informações apresentadas e após preparar a Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto, o contador identificou corretamente que o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais foi de:

- (A) R\$ 20.000;
- (B) R\$ 30.000;
- (C) R\$ 41.000;
- (D) R\$ 51.000;
- (E) R\$ 61.000.

54

Para a transferência de propriedade para investimento contabilizada pelo valor justo para propriedade ocupada pelo proprietário ou para estoque, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o:

- (A) custo histórico na data da transferência;
- (B) valor justo na data da alteração de uso;
- (C) valor líquido realizável na data de venda;
- (D) valor contábil original da propriedade na data de venda;
- (E) valor contábil original da propriedade antes da alteração de uso.

55

Uma empresa S.A. apresentou os seguintes ativos mensurados a valor justo: ação de determinada companhia aberta negociada na B3 com ampla liquidez; *swap* de moeda de longo prazo em determinada moeda, não observável e não podendo ser corroborada por dados de mercado observáveis em intervalos comumente cotados; *swap* de taxa de juros de recebimento fixo e pagamento variável com base na taxa de *swap* Ibor, observável em intervalos comumente cotados para substancialmente a totalidade do prazo do *swap*; e acordo de licenciamento adquirido em combinação de negócios (taxa de *royalty* do contrato com a parte não relacionada no início do contrato). Considerando-se as informações apresentadas, o contador verificou corretamente que a hierarquia de valor justo de cada ativo é, respectivamente:

- (A) nível 1, nível 3, nível 2, nível 2;
- (B) nível 2, nível 3, nível 1, nível 1;
- (C) nível 2, nível 2, nível 3, nível 3;
- (D) nível 3, nível 1, nível 2, nível 3;
- (E) nível 3, nível 2, nível 2, nível 2.

56

Analisar a situação econômico-financeira de duas empresas.

Descrição	Empresa Alpha	Empresa Beta
Ativo Circulante	R\$ 500.000	R\$ 220.000
Ativo Não Circulante	R\$ 850.000	R\$ 530.000
Realizável a Longo Prazo	R\$ 100.000	R\$ 100.000
Propriedade para Investimento	R\$ 100.000	R\$ 0
Imobilizado	R\$ 350.000	R\$ 350.000
Intangível	R\$ 300.000	R\$ 80.000
Passivo Circulante	R\$ 300.000	R\$ 250.000
Passivo Não Circulante	R\$ 700.000	R\$ 400.000
Patrimônio Líquido	R\$ 350.000	R\$ 100.000

Considerando-se as informações apresentadas e os índices das empresas Alpha e Beta, o contador identificou corretamente que:

- (A) ambas as empresas possuem índices de liquidez geral maior que 1;
- (B) a empresa Beta apresenta liquidez corrente maior que a empresa Alpha;
- (C) a empresa Alpha apresenta liquidez geral menor que a empresa Beta;
- (D) a empresa Alpha apresenta a composição do endividamento de curto prazo menor que a empresa Beta;
- (E) a empresa Alpha apresenta índice de endividamento maior que a empresa Beta.

57

Dentre as bases de mensuração de ativos apontadas na NBC TSP Estrutura Conceitual, o valor de mercado representa o montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado.

A aplicação efetiva dessa base de mensuração ainda constitui um desafio para as entidades públicas; porém, o valor de mercado e o custo histórico de um ativo são os mesmos:

- (A) na aquisição, caso os custos da transação sejam ignorados e a transação seja com contraprestação;
- (B) no reconhecimento inicial de ativos intangíveis gerados internamente;
- (C) nos casos de ativos monetários mantidos com a intenção de serem alienados;
- (D) quando a diferença entre os valores de entrada e de saída for significativa;
- (E) quando forem observáveis em um mercado aberto, ativo e organizado.

58

As despesas de um ente público em um dado exercício podem ser apresentadas em vários formatos, a depender do critério de classificação adotado. A classificação funcional da despesa indica em que áreas de despesa a ação governamental foi realizada, o que releva também as prioridades da gestão quanto às áreas de atuação governamental.

As despesas públicas são apresentadas nesse formato no:

- (A) balanço financeiro, quanto aos desembolsos de natureza orçamentária;
- (B) demonstrativo quadrimestral das despesas por função, que compõe o relatório de gestão orçamentária;
- (C) detalhamento dos desembolsos operacionais no quadro principal da demonstração dos fluxos de caixa;
- (D) detalhamento analítico das variações patrimoniais diminutivas na demonstração das variações patrimoniais;
- (E) quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função que acompanha a demonstração dos fluxos de caixa.

59

Embora a maior parte das receitas e despesas de um ente público tenha origem interna, na moeda corrente do país, há situações em que é preciso registrar transações em moeda estrangeira.

Ao preparar a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira:

- (A) à taxa cambial estipulada no contrato que gerou a transação;
- (B) à taxa cambial média para transações de natureza semelhante;
- (C) à taxa cambial na data da ocorrência do fluxo de caixa;
- (D) à taxa de câmbio de fechamento do exercício;
- (E) à taxa de câmbio média para transações com itens monetários.

60

Considere os dados a seguir, extraídos do Balanço Orçamentário de um ente da Federação referente ao último exercício financeiro. Os dados estão expressos em milhares de reais.

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Despesas Correntes	58.950	88.350	81.800	77.650	76.950
Despesas de Capital	2.850	20.400	13.550	5.900	5.250
Reserva de contingência	1.950	-	-	-	-
Subtotal	63.750	108.750	95.350	83.550	82.200

À luz da estrutura do Balanço Orçamentário disposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que:

- (A) as despesas de capital previstas foram executadas com maior precisão;
- (B) a atualização das dotações de capital depende de autorização legislativa;
- (C) a margem de suplementação das despesas ultrapassa o limite definido na lei orçamentária;
- (D) a reserva de contingência foi aplicada em alterações nas despesas correntes;
- (E) o excesso de arrecadação corrente financiou o aumento das despesas de capital.

61

Considere os dados a seguir, extraídos do Balanço Orçamentário de um ente da Federação referente ao último exercício financeiro. Os dados estão expressos em milhares de reais:

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada
Receitas Correntes	63.700	64.500	94.050
Receitas de Capital	1.100	1.100	6.300
Subtotal	64.800	65.600	100.350

À luz da estrutura do Balanço Orçamentário disposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que:

- (A) a aplicação da arrecadação adicional de receitas é prioritária para novas despesas;
- (B) a não atualização da previsão das receitas de capital afeta a sua aplicação;
- (C) os ingressos intraorçamentários integram os saldos das receitas correntes e de capital;
- (D) os valores da coluna Previsão Inicial podem ser alterados durante o exercício por autorização legal;
- (E) saldos de exercícios anteriores podem impactar o total de receitas disponíveis.

62

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público. Para sua elaboração, à luz da estrutura disposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na NBC TSP 11, deve-se considerar que:

- (A) a evidenciação dos atos potenciais é facultativa, mas recomendada em notas explicativas, se relevante;
- (B) ativos e passivos devem ser apresentados com base na liquidez apenas quando proporcionarem informação mais relevante;
- (C) ativos e passivos devem ser apresentados no maior nível analítico possível das contas do PCASP;
- (D) o Quadro Principal será elaborado utilizando-se os saldos de todas as classes da natureza da informação patrimonial;
- (E) os saldos de contas intragovernamentais deverão ser integrados para viabilizar a consolidação das contas no ente.

63

A consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo constitui um desafio, em decorrência da abrangência de entes federativos e suas peculiaridades. Para contribuir com esse processo, o PCASP criou um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação.

Nesse contexto, um tipo de transação a ser excluída refere-se a(ao):

- (A) alterações patrimoniais dentro de uma mesma entidade, a exemplo de depreciação e amortização;
- (B) registro das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas referentes à transferência dos ativos entre entidades públicas;
- (C) registro e baixa de ativos, no caso de transferência de ativos entre entidades públicas, a exemplo de doação de bens de um ente a outro;
- (D) transações entre uma entidade que integra o orçamento fiscal de um ente público e uma empresa estatal independente;
- (E) transações entre uma entidade que integra orçamento fiscal de um ente público e uma entidade privada.

64

Duas entidades públicas, A e B, estão conduzindo conjuntamente um projeto de longo prazo enquadrado como empreendimento conjunto (*joint venture*), que implica direitos e obrigações para ambas as partes.

Nesse cenário, uma obrigação a ser paga pela entidade A, pela qual a entidade B esteja conjunta e solidariamente responsável, deve ser tratada, contabilmente, pela entidade B como:

- (A) de divulgação obrigatória somente se for mensurável;
- (B) obrigação de probabilidade remota;
- (C) passivo contingente;
- (D) passivo relativo a empreendimento conjunto;
- (E) provisão com valor incerto.

**65**

Uma entidade pública celebrou um contrato de concessão especial com uma entidade privada, sob o formato de parceria público-privada (PPP), na modalidade concessão patrocinada para exploração de uma rodovia estadual. De acordo com o contrato, o parceiro privado deverá duplicar a rodovia, construir pontes e viadutos, prestar serviços de manutenção, promover a sinalização e disponibilizar socorro médico e mecânico. A remuneração do parceiro privado decorrerá da cobrança de tarifa dos usuários da rodovia (pedágio). O contrato também previa diretrizes e critérios para compensação por parte da entidade pública ao parceiro privado em casos de arrecadação de pedágios inferior à prevista em virtude de tráfego menor que o esperado. Essa obrigação de compensação assumida pela entidade pública decorre de um risco:

- (A) financeiro;
- (B) operacional;
- (C) de demanda;
- (D) de desempenho;
- (E) de disponibilidade.

**66**

Por recomendação da instância de auditoria interna, uma entidade está estruturando o seu modelo de informação e gestão de custos. Um dos desafios da estruturação desse modelo é a definição dos centros de responsabilidade. Nesse cenário, a equipe designada fez um treinamento imersivo na NBC TSP 34 – Custos no Setor Público para ter subsídios para uma implantação adequada.

À luz da referida norma, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a alta administração da entidade é responsável por definir e estruturar seus centros de responsabilidade;
- (B) a estrutura organizacional de uma entidade é um fator predominante na definição dos centros de responsabilidade;
- (C) as entregas produzidas constituem um dos requisitos para estabelecimento dos centros de responsabilidade;
- (D) um centro de responsabilidade é uma unidade adequada para se apurarem custos, mas não para acumulação dos custos;
- (E) uma entidade que produz um único tipo de bem ou serviço pode ter somente um centro de responsabilidade.

**67**

A equipe de licitações e contratos de uma entidade precisou realizar uma série de contratações por dispensa de licitação em um dado exercício, em razão de emergencialidades ocorridas no âmbito da entidade.

A comprovação da legalidade desses atos de contratação:

- (A) é dispensável em decorrência da situação emergencial;
- (B) é exigida na prestação de contas do final do exercício;
- (C) é feita a partir de recomendação expressa do órgão de controle externo;
- (D) está entre os objetivos do controle interno no âmbito da entidade pública;
- (E) está no âmbito das atividades da instância de auditoria interna.

**68**

O controle da administração pública visa, fundamentalmente, a que o procedimento administrativo, na realização das atividades do Estado, ocorra de forma regular e adequada, buscando-se evitar atos ilegais ou com desvio de finalidade. As atividades de controle podem ser realizadas em diferentes momentos da atividade administrativa: prévio, concomitante e *a posteriori*.

Um exemplo de controle realizado *a posteriori* é:

- (A) acompanhamento da execução contratual quanto ao exato cumprimento de suas disposições;
- (B) controle da autoridade administrativa sobre os atos praticados por seus subordinados;
- (C) necessidade de autorização legal para realização de operações de crédito;
- (D) realização de auditorias e inspeções para acompanhamento da execução orçamentária;
- (E) registro de empenho para realização de uma despesa.

**69**

Em determinado período, uma entidade pública estadual da área de saúde recebeu três manifestações, amparadas em princípio, pela Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública. As manifestações estão descritas a seguir.

- I. reclamação quanto ao não respeito de prazos para fornecimento de um documento pela entidade;
- II. denúncia quanto a desvios de verbas vinculadas por deputados estaduais daquele estado;
- III. elogio quanto à atuação de trabalhadores terceirizados na área de recepção e triagem da entidade.

As manifestações cujos objetos atendem às disposições da referida lei são:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

**70**

Uma entidade pública passou por um processo de avaliação de suas práticas de integridade pública no âmbito do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). Como resultado da avaliação inicial, foi gerado um roteiro de atuação, expressamente pactuado entre o órgão de controle e a gestão da entidade avaliada. Nesse roteiro, estão previstas diversas ações a serem implementadas para aperfeiçoamento institucional, com vistas à prevenção de práticas de corrupção. A verificação da implementação efetiva das ações pactuadas, em termos de instrumentos de fiscalização, situa-se no âmbito do (a):

- (A) acompanhamento;
- (B) auditoria de escopo;
- (C) levantamento;
- (D) monitoramento;
- (E) supervisão.

**71**

Em um procedimento de auditoria na conta 3.3.1.0.0.00.00 – Uso de material de consumo (da classe de Variações Patrimoniais Diminutivas), um auditor observou que materiais recentemente adquiridos e mantidos em estoque foram debitados nessa conta. Em decorrência disso, a conta 3.3.1.0.0.00.00 – Uso de material de consumo deve:

- (A) passar por procedimentos de revisão analítica;
- (B) passar por testes principal e secundário de avaliação de saldos;
- (C) ser analisada em testes secundários para ajustes de resultado;
- (D) ser confrontada com a conta de ativo afetada;
- (E) ser submetida a teste principal para superavaliação.

**72**

Em um restaurante universitário, que tem preço subsidiado para estudantes e preço integral para funcionários, o controle de acesso se dá por checagem de cadastro, por meio da digitação do CPF do usuário em computadores disponíveis na entrada. Foi detectado que não há checagem que assegure que é o próprio titular do CPF que acessa o local; além disso, quando o sistema de acesso fica inoperante, o controle é feito manualmente em listagens impressas. Esse cenário sinaliza fragilidades no controle de acesso e riscos de uso irregular de subsídios.

O procedimento de auditoria adequado para constatação do cenário narrado é:

- (A) inspeção física;
- (B) mapa de processo;
- (C) observação direta;
- (D) exame documental;
- (E) conciliação de dados.

**73**

A amostragem não probabilística, método de amostragem largamente usado nos trabalhos de auditoria, permite analisar um grupo de elementos pertencentes a uma população, mas não obedece a regras estatísticas de seleção dos elementos. Além de não considerar regras estatísticas, uma das suas características é o fato de que:

- (A) deve ser adotada quando a análise pretendida se estende a todo o universo mapeado;
- (B) é desaconselhada para análises que envolvem casos extremos e observações atípicas;
- (C) implica, necessariamente, o abandono de abordagens sistemáticas de seleção;
- (D) impossibilita a estimação do erro amostral;
- (E) os elementos selecionados para análise representam as principais características da população.

**74**

Os auditores têm ciência de que o trabalho de auditoria deve ser zelosamente documentado, de modo a assegurar a sua revisão e a manutenção das evidências obtidas. Essa documentação inclui informações relevantes para dar suporte às conclusões e aos resultados da auditoria.

As orientações para elaboração e guarda da documentação de auditoria incluem a recomendação de que:

- (A) a elaboração dos papéis de trabalho comece a partir dos testes de controles;
- (B) a primeira revisão dos papéis de trabalho seja mais detalhada e realizada pelo próprio auditor;
- (C) informações pessoais sensíveis legalmente protegidas não sejam mantidas nos papéis de trabalho;
- (D) os papéis de trabalho sejam preparados exclusivamente pelo auditor e sua equipe;
- (E) os papéis de trabalho transitórios sejam mantidos pelo menos até a aprovação do relatório do auditor.

**75**

Entidades investem recursos na implantação de gerenciamento de riscos quando entendem a sua relevância para que os objetivos estratégicos da organização sejam atingidos. Nesse contexto, as normas emitidas pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) definem categorias de objetivo que concorrem para a estratégia organizacional.

Objetivos que envolvem a utilização eficaz e eficiente dos recursos em uma organização se situam na categoria:

- (A) de operações;
- (B) finalísticos;
- (C) estratégicos;
- (D) de salvaguarda dos recursos;
- (E) de desempenho financeiro.

**76**

O Modelo de Três Linhas foi desenvolvido pelo *Institute of Internal Auditors (IIA)* para contribuir com as organizações na identificação de estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e no fortalecimento da governança e gerenciamento de riscos. O modelo define papéis e responsabilidades associados às instâncias da estrutura organizacional no âmbito do processo de gestão de riscos para salvaguarda da estratégia organizacional.

De acordo com o referido modelo, os papéis de primeira linha:

- (A) devem ser definidos pela alta administração da organização;
- (B) englobam a provisão de produtos e serviços aos clientes da organização;
- (C) incluem o fornecimento de análises sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos;
- (D) são assumidos pela instância de auditoria interna;
- (E) se relacionam com prestação de contas aos *stakeholders* pela supervisão organizacional.

**77**

João, agente público federal competente, deu ordem de parada a um veículo automotor que transitava em excesso de velocidade no interior do estado do Pará. Realizado o exame de alcoolemia (teste do bafômetro), constatou-se que o condutor havia ingerido grande quantidade de álcool, dando azo à caracterização de crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro. Dessa forma, João solicitou ao condutor dez mil reais para liberá-lo, proposta aceita imediatamente e operacionalizada por meio de transferência bancária.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo(s) crime(s) de:

- (A) corrupção passiva e corrupção ativa, em concurso;
- (B) concussão e corrupção passiva, em concurso;
- (C) corrupção passiva;
- (D) corrupção ativa;
- (E) concussão.

**78**

Luiz encontra-se preso, preventivamente, em um presídio federal de segurança máxima. Em razão de uma falha nos procedimentos de segurança do estabelecimento, João logrou êxito em fugir, sem auxílio de terceiros e sem empregar violência ou grave ameaça contra pessoa. Contudo, quando estava a dez metros do muro externo da penitenciária, dois policiais penais de plantão conseguiram capturá-lo, sem qualquer tipo de resistência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz:

- (A) não responderá por qualquer crime, pois a legislação tipifica, apenas, a fuga consumada do preso, não verificada no caso apresentado;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- (C) responderá pelo crime de fuga de pessoa presa, na modalidade consumada;
- (D) responderá pelo crime de fuga de pessoa presa, na modalidade tentada;
- (E) responderá pelo crime de arrebatamento de preso.

**79**

Um particular se encaminhou à sede do Departamento de Trânsito (DETRAN) do estado Alfa com o objetivo de realizar a vistoria do seu veículo automotor. Contudo, em razão das diversas irregularidades constatadas, o automóvel não passou no exame conduzido pelo servidor Caio, que ocupa um cargo público junto ao DETRAN. Dessa forma, Matheus, despachante que presenciou os fatos, se aproximou do particular e solicitou dois mil reais, para si, a pretexto de influir e reverter a decisão tomada pelo agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus responderá pelo crime de:

- (A) advocacia administrativa;
- (B) exploração de prestígio;
- (C) favorecimento pessoal;
- (D) tráfico de influência;
- (E) patrocínio infiel.

**80**

Após o recebimento de uma intimação por parte da Polícia Federal, Fabiano compareceu à sede da instituição, sendo informado pela autoridade policial da existência de um inquérito policial em curso, no qual ele seria ouvido na qualidade de testemunha. Durante o depoimento, gravado em áudio e vídeo, Fabiano, em diversas ocasiões, calou a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, embora não tenha feito afirmações falsas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Fabiano:

- (A) não responderá por qualquer crime, já que, apesar de ter calado a verdade, não fez uso de afirmações falsas;
- (B) não responderá por qualquer crime, já que calou a verdade em inquérito policial, e não em processo judicial;
- (C) responderá pelo crime de favorecimento real;
- (D) responderá pelo crime de fraude processual;
- (E) responderá pelo crime de falso testemunho.



## Prova Discursiva

---

Como a tecnologia pode ajudar no Direito?

A tecnologia está remodelando profundamente a advocacia, e a inovação tornou-se uma palavra-chave no cenário jurídico moderno. Assim, à medida que os avanços tecnológicos aceleram, os advogados enfrentam a necessidade de adotar novas ferramentas e abordagens para permanecerem competitivos e eficazes.

De que modo você vê a convivência das novas tecnologias com o exercício da advocacia? Diga o que pensa em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, dando especial destaque aos argumentos apresentados.

Valor: 20 pontos

Mínimo de 15 e máximo de 20 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

